

# EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA COMO ELEMENTO FUNDANTE DA ESCOLARIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DE NOVO HAMBURGO: A TRAJETÓRIA DE 1832 A 1943

COMMUNITY EDUCATION AS A FOUNDING ELEMENT OF  
SCHOOLING IN THE TERRITORY OF THE NOVO HAMBURGO:  
TRAJECTORY FROM 1832 TO 1943

Recebido em: 25 de setembro de 2020  
Aprovado em: 18 de dezembro de 2020  
Sistema de Avaliação: Double Blind Review  
RCO | a. 13 | v. 1 | p. 04-25 | jan./abr. 2021  
DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v1i0.2313>

**Dionísio Felipe Hatzemberger** *dionisio-felipe@uergs.edu.br*

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Osório/Brasil).  
Assessor técnico-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação (Novo Hamburgo/Brasil).

**Helena Venites Sardagna** *helena-sardagna@uergs.edu.br*

Doutora em educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/Brasil).  
Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Osório/Brasil).

**Pedro Vinícius Francisco Reisdorfer** *vinireisdorfer@gmail.com*

Graduando em História pelo Centro Universitário Internacional Uninter (Novo Hamburgo/Brasil).  
Professor de teatro pela ParaNóia Produções Artísticas (Novo Hamburgo/Brasil).

## RESUMO

Os imigrantes germânicos que desembarcaram no Vale do Rio dos Sinos durante a primeira metade do século XIX preconizaram o desenvolvimento da educação de Novo Hamburgo. A comunidade, formada basicamente por religiosos de confissão luterana e católica, fora protagonista em ações mobilizadoras no processo de escolarização. O presente artigo resgata essa trajetória, dando evidência à educação comunitária no território da cidade, demonstrando o resultado que se obteve após pesquisa histórica. O leitor será apresentado a contextos históricos que o Brasil viveu, fazendo paralelo com a área da educação, e conhecendo as decisões políticas educacionais que a comunidade de Novo Hamburgo tomava a partir de preâmbulos nacionais. A pesquisa demonstra que a organização dos espaços, tempos e recursos (inclusive humanos) necessários para a abertura das "aulas" foi fruto do empenho de toda a comunidade, mediada pelas lideranças religiosas. 107 anos antes do Poder Público contratar seus primeiros professores, os primeiros moradores da região se prontificaram em fazer da educação um dos alicerces do desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Educação Comunitária. História da Educação. Novo Hamburgo.

## ABSTRACT

Germanic immigrants who landed in the Vale do Rio dos Sinos during the first half of the 19th century advocated the development of education in Novo Hamburgo. The community, basically made up of Lutheran and Catholic religious, was a protagonist in mobilizing actions in the schooling process. This article retrieves this trajectory, giving evidence to community education in the territory of the city, demonstrating the result obtained after historical research. The reader will be introduced to historical contexts that Brazil lived, paralleling the area of education, and knowing the educational political decisions that the community of Novo Hamburgo was taking from national preambles. The research demonstrates that the organization of spaces, times and resources (including human) necessary for the opening of the "classes" was the result of the commitment of the entire community, mediated by religious leaders. 107 years before the Public Power hired its first teachers, the first residents of the region volunteered to make education one of the foundations of local development.

**Keywords:** Community Education. History of Education. Novo Hamburgo.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo é desenvolvido a partir de pesquisa histórica sobre início do desenvolvimento da educação de Novo Hamburgo, protagonizada pela mobilização ativa da comunidade de imigrantes estabelecidos nesse território, identificando este movimento como educação comunitária. A pesquisa exploratória realizada se concentrou em fontes primárias, compostas de documentos oficiais do Poder Público, decretos, jornais de notícia e fotografias, além de fontes secundárias, como bibliografias que auxiliam a compreensão contextual.

A centralidade do texto busca identificar o contexto e os agentes comunitários envolvidos na base da estrutura educacional da cidade de Novo Hamburgo, que persistiram no estabelecimento de escolas, mesmo frente a sérios desafios. Sendo objetivo desse estudo demonstrar que tais ações da comunidade podem situar-se no conceito de *Educação sócio comunitária*, conforme explica Gomez (2008, p. 54, apud GODOTTI, 2012, p. 13), “numa primeira visão, o estudo de uma tática pela qual a comunidade intencionalmente busca mudar algo na sociedade por meio de processos educativos”, desenvolvendo autonomia e buscando soluções.

O artigo está dividido em quatro sessões. No primeiro momento, se contextualiza o leitor sobre o período Imperial brasileiro, no que tange à instrumentalização educacional da colonização portuguesa. A chegada dos primeiros imigrantes alemães no Vale dos Sinos e seus primeiros passos na valorização da educação. Explana-se sobre as primeiras aulas desenvolvidas dentro das comunidades cristãs. Em seguida, é tratado sobre os ventos iluministas e seus ideias que chegaram na região com a Proclamação da República. As sessões finais concentram-se em aprofundar as ações da comunidade para o desenvolvimento educacional de jovens e crianças, criação de colégios, no período turbulento da Era Vargas, quando finalmente inicia-se um novo ciclo, com a ação do Poder Público para estabelecer e manter escolas.

## **2 O BRASIL IMPERIAL E A FUNDAÇÃO DE ESCOLAS DAS COMUNIDADES RELIGIOSAS DE IMIGRANTES NO VALE DO RIO DOS SINOS**

No início do século XIX, países como Inglaterra, França e Alemanha viviam um período de acelerado desenvolvimento educacional. Enquanto isso, imigrantes europeus chegavam às terras brasileiras, onde esse processo de desenvolvimento da educação pública só viria a acontecer um século mais tarde. Cabe ressaltar que, diferentemente dos demais países americanos, os quais nessa época já eram repúblicas

influenciadas pelas ideias iluministas, o Brasil recém havia se tornado uma nação independente, mas ainda era uma monarquia, sob o domínio Imperial de Dom Pedro I, filho do Rei de Portugal.

Antes disso, no período da colonização portuguesa, os documentos evidenciam que a educação era vista pela Coroa como um instrumento de domínio cultural e político. Pode-se ver claramente qual era a política colonial para a vinda dos Jesuítas, por meio da análise das prescrições a respeito da importância da instrução e da conversão religiosa dos indígenas enviadas por D. João III a Tomé de Souza em 1548:

Aos meninos, porque neles imprimirão melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos e que sejam ensinados e tirados da conversão dos gentios... Porque a principal causa que me levou a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica. (LEITE, 1954, p. 6).

Portanto, no seu primeiro momento, a educação em solo brasileiro dava-se pelas mãos de Jesuítas, que se dedicavam a educar os índios e formavam escolas nos vilarejos. Porém, nos anos de 1750, com as reformas lideradas pelo Marquês do Pombal (reformas pombalinas), ocorreu a expulsão dos jesuítas do solo brasileiro, já que eles defendiam os índios da tentativa de escravização por parte dos colonos. O fato é que, com a saída dos Jesuítas, houve uma grande perda para a educação em todo o Brasil, com o fechamento de quase todas as escolas e bibliotecas existentes naquele período. A partir de então, de forma geral, a educação acontecia para alguns filhos das elites, dentro de seus lares, com professores particulares. Ou, quando em algumas cidades a elite local se organizava, ocorriam “aulas” coletivas com professores subsidiados por aquele grupo comunitário. Eram raras as escolas mantidas pelo Estado.

Com a Independência do Brasil, apesar de o discurso imperial ser outro, na prática pouco mudou no que diz respeito à educação. Segundo Leôncio Basbaum, “No último ano da monarquia, em 1889, para uma população em idade escolar de cerca de dois milhões, tínhamos apenas 250 mil alunos nas escolas primárias” (1997, p. 194). Assim, durante o período imperial, pouco se avançou nas políticas públicas de incentivo e de massificação da educação. Rio de Janeiro e outras capitais mais ricas dispunham de algumas instituições de ensino mais organizadas entre os anos 1830 e 1850. Naquele período, o Rio Grande do Sul não era muito diferente. A pesquisadora Raquel Padilha da Silva, ao registrar informações a respeito da “instrução no Rio Grande do Sul”, informa que as primeiras “aulas” (escolas) instalaram-se a partir de 1827:

A primeira aula que se instala na capital ocorre somente em 1827, ministrada por Antônio Alves Pereira Coruja, pedagogo e homem de letras que utiliza o método Lancaster. O primeiro governante militar a mostrar interesse pela instrução para todas as crianças, incluindo as indígenas, é José Marcelino. Entretanto, somente a partir das últimas décadas do Império se percebe maior preocupação com a instrução pública e com melhor qualificação dos professores. (SILVA, 2006, p. 88).

Já a formação de professores era uma prática ainda mais restrita e rara no período do Império, praticamente inexistindo em nível de políticas públicas. Aidê Campello Dill (1999, apud SILVA, 2006) relata as várias tentativas de instalação de uma Escola Normal<sup>1</sup> no Rio Grande do Sul, movimento que se iniciou em 1835:

[...] quando o Presidente da Província, Marciano Pereira Ribeiro, sancionou a lei número 14, de 29 de dezembro, que autorizava a criação da escola. Entretanto essa lei não se concretizou. O Decreto-Lei Provincial de número 52, de 23 de maio de 1846, novamente autoriza a criação da Escola Normal. As obras foram iniciadas no ano seguinte, mas em seguida suspensas por falta de verbas. (DILL, 1999, p. 97 apud SILVA, 2006, p. 89).

Na contramão da morosidade do poder público do Brasil Império, estavam as populações de imigrantes que vieram ao Brasil logo no início do referido século. Em 1824, desembarcaram em São Leopoldo, pelo Rio dos Sinos, os primeiros imigrantes germânicos. O valor da educação popular na Europa (pós-revolução industrial e sob influência iluminista), de onde vinham, era bem mais elevado. A respeito desse contexto, Braun acrescenta:

O governo imperial não dava nenhuma formação para os imigrantes, reflexo da colonização portuguesa, que deixava a desejar na área da educação. Por sua vez, as igrejas tiveram um papel muito importante, ocupando o vácuo deixado pelo Estado na educação, criando escolas paroquiais e associações escolares para o ensino das crianças. E, quando havia falta de religiosos, a população organizava-se, pagando ao colono ou à pessoa com maior formação na localidade para ministrar conteúdos educativos às crianças, que em geral estudavam até a terceira ou quarta série. (BRAUN, 2016, p. 52).

Além disso, para boa parte dos germânicos que vieram ao sul do Brasil, ler era uma questão de fé. Os luteranos, alimentados pelos ideais da Reforma Protestante protagonizada por Martinho Lutero, valorizavam muito a fundação e a manutenção de escolas pelas comunidades religiosas. Isso contribuiu para que essa região contasse com algumas das escolas mais antigas do Estado do Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, de acordo com Ester Rosa Ribeiro,

Cumprе salientar que a religiosidade foi um fator importante para o desenvolvimento educacional de Novo Hamburgo. Entre os evangélicos e protestantes saber ler era fundamental para o entendimento da religião. Os fiéis deveriam saber ler para eles mesmos interpretarem passagens bíblicas. Dessa forma é possível compreender que

---

<sup>1</sup> Escola Normal é o título que se dava ao curso de nível médio para a formação de professores habilitados a lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

em menos de 10 anos após a chegada a Novo Hamburgo a primeira escola tenha sido fundada. As primeiras classes não foram de aulas financiadas pelo Estado, mas sim fruto do esforço do colono para ser inserido no mundo letrado. (RIBEIRO, 2014, p. 7).

É o caso da escola da comunidade luterana de Campo Bom, que já funcionava em 1827, dentro do prédio da própria igreja, onde o Pastor Klingelhoefter ministrava as aulas durante a semana. Relatos do historiador Souza evidenciam o contexto de empreendedorismo e o esforço dessas comunidades para sustentarem suas próprias escolas, mesmo que inicialmente de forma improvisada.

Klingelhoefter parece ter se dedicado até 1827 exclusivamente à lavoura, passando, a partir de então, a atender, por iniciativa própria, a vida espiritual e religiosa dos seus conterrâneos protestantes [...] de Campo Bom, Hamburgo Velho, Dois Irmãos, Bom Jardim (hoje Ivoti) e Estância Velha, povoações em formação no lado direito do Rio dos Sinos. [...] Cabe ao Pastor Klingelhoefter o mérito de ter sido, junto com os seus fiéis, o construtor da primeira Igreja de culto protestante no Rio Grande do Sul. Na igreja de Klingelhoefter, aos domingos, se realizavam o culto divino e, nos dias da semana, funcionava uma escola, cujo mestre era o próprio pastor. (SOUZA, 2011, p. 39).

Fica evidente, no trecho acima, o protagonismo comunitário dos imigrantes no processo de desenvolvimento, no que tange à espiritualidade e também ao processo de educação, não dependendo da ação governamental para tanto.

### **3 A MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA E AS PRIMEIRAS “AULAS” DE NOVO HAMBURGO**

Quando usamos o termo comunidade, é difícil que em nosso interior não venhamos a fazer alusão a algum tipo de cisão utópica de comunidade, algo que está um pouco distante dos dias atuais, mas que reflete algo que imaginamos do passado. Essa ideia de comunidade é bem descrita por Bauman:

Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir — mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem. (BAUMAN, 2001, p. 8).

Evitando ufanismos, é possível aplicar um entendimento de comunidade um pouco mais amplo, porém não menos romântico, aos imigrantes germânicos que colonizaram Novo Hamburgo. Após



enfrentarem meses de uma perigosa travessia continental, os colonos estabeleceram-se em um território no qual só poderiam contar uns com os outros. A dificuldade de comunicação por conta da língua e o preconceito dos nativos para com os mesmos foram elementos que levaram a um maior senso de comunidade e necessidade de integração e união. Nesse sentido, as confissões religiosas foram meios para a formação de duas comunidades distintas dentro do povoamento: imigrantes luteranos e imigrantes católicos formavam dois grupos que, apesar de seccionados pela religião, uniam-se sempre que surgia uma necessidade comum.

Até o final da primeira metade do século XX, observa-se nos documentos históricos que é comum o uso do termo “aula” para designar uma escola ou um educandário. Nessa época, uma aula geralmente era uma classe multisseriada regida por um mestre. Essas aulas transcorriam em igrejas, salões paroquiais, prédios comunitários e até, eventualmente, na casa do próprio professor. Foi no contexto do desenvolvimento das comunidades de imigrantes, situadas para além da margem norte do Rio dos Sinos, que se desenvolveram as primeiras aulas do território que hoje pertence a Novo Hamburgo. No então “Hamburgerberg” (atual bairro Hamburgo Velho), foi fundada em 1832 a “aula” da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, atualmente chamada de Unidade Pindorama da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH), como evidencia Grün (1982) em seu relato histórico:

Em 1832, com a Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, foi instituída uma escola, que permaneceu em atividade desde então, funcionando em locais diversos, durante o primeiro século de sua existência. Durante algum tempo a escola esteve instalada no chamado “Schulhaus”, prédio construído na atual Praça da Bandeira [...] Neste local a escola atendia as crianças das comunidades de Hamburgo Velho e Novo Hamburgo [...] (GRÜN, 1982, p. 28).

Percebe-se que foi bastante rápida a instalação do educandário. Apenas oito anos separam cronologicamente o estabelecimento dos primeiros moradores e o início da aula. Levando em conta que aquelas comunidades necessitavam primeiro construir suas próprias casas, limpar a terra e estender suas plantações, foi um empreendimento bastante ágil para o contexto. Sem poder contar com o poder público, foi a ação comunitária que possibilitou a criação dessa escola. Sendo a primeira de várias, fundadas e mantidas pela própria comunidade local.

Gadotti (2012), conceituando educação comunitária apresenta algumas de suas faces.

Ela também tem sido entendida como “educação sociocomunitária” ou aquela educação oferecida em “escolas comunitárias”. A educação comunitária tem sido também entendida como desenvolvimento comunitário ou desenvolvimento de comunidades, contribuindo com a organização e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre

populações empobrecidas ou discriminadas. A solidariedade e o espírito de comunidade não é algo dado. É construído historicamente. (GADOTTI, 2012, p. 13).

Desta forma, o conceito de educação comunitária adere-se muito bem ao ocorrido no território de Novo Hamburgo quando do desenvolvimento precoce (em comparação ao Brasil como um todo) da educação. A atuação da comunidade recém estabelecida de imigrantes, unidos por suas confissões religiosas, foi a força estruturante do processo de escolarização. A organização dos espaços, tempos e recursos (inclusive humanos) para a abertura das “aulas” foi fruto do empenho de toda a comunidade, mediada pelas lideranças religiosas.

**Imagem 1: Alunos de Hamburgo Velho com seu professor, em 1887.**



**Fonte: Acervo Felipe Kuhn Braun**

Em 1835, instaurou-se a Revolução Farroupilha, que durou 10 anos e marcou a história do Rio Grande do Sul. Separatistas republicanos enfrentaram as forças imperiais em batalhas sangrentas. Na época, as escolas de toda a província (Estado) tiveram suas aulas interrompidas, para que se garantisse a segurança dos alunos e também porque, em muitos casos, os professores (e sacerdotes que lecionavam) lutavam também na guerra. Foi o caso do Pastor Klingelhoefter, fundador de escolas da região, que morreu na guerra e posteriormente ficou conhecido como “Pastor Farrapo”, e do professor Henrique



Guilherme Schmitt, que estava preparando uma carga de produtos de “Hamburgerberg” para levar e vender em Porto Alegre e foi morto por soldados farrapos. Conforme Braun, ele

[...] era um homem muito religioso; fora inclusive pastor auxiliar quando eles moraram em Campo Bom e, mesmo depois, quando os negócios lhe consumiam a maior parte do tempo, Henrique Guilherme continuava como pastor em Hamburgo Velho, onde mantinha uma escola e pregava o evangelho aos domingos, sendo muito benquisto pela comunidade (BRAUN, 2016, p. 19).

O conflito trouxe, assim, um grande atraso no processo de desenvolvimento educacional dos colonos naquele período, precisando ser retomadas as aulas e reorganizadas as escolas em 1845.

Próximo ao final do século XIX, em 1886, foi fundada uma escola feminina pelas irmãs Lina e Amália Engel, pertencentes à mesma comunidade religiosa luterana da primeira escola citada anteriormente. Kannenberg (1987) descreve a simplicidade com a qual essa escola iniciou:

Em março de 1886, as irmãs e professoras Amalie e Lina Engel criam, no ‘Hamburguer Berg’, em Hamburgo Velho, na Freguesia na Nossa Senhora da Piedade, uma pequena escola. É uma escola para meninas, com lugar para nove internas. Começa com apenas uma aluna. A casa, alugada, se localiza na Avenida General Daltro Filho nº 26, próxima à atual Galeria do pintor Frederico E. Scheffel e à Casa Presser, ora em restauração, junto à entrada do futuro parque de Novo Hamburgo. (KANNENBERG, 1987, p. 19).

O texto de Kannenberg (1987) também demonstra o currículo e os moldes do ensino nessa instituição, voltado para saberes religiosos, científicos e práticos da vida:

As irmãs Amalie e Lina Engel são naturais da Alemanha, de Birkenfeld. Chegam ao Brasil como professoras formadas e influenciadas pelos pedagogos da época. Sua proposta pedagógica é nitidamente evangélica e muito abrangente. O estudo é científico e humanístico, orientado para a vida. Há também aulas práticas de trabalhos manuais femininos. Seu objetivo central é definido assim: ‘Fortalecer as alunas na fé evangélica, para que cada aluna assuma esta sua fé com amor e alegria e conheçam Jesus Cristo, o amigo das crianças e único Salvador’. (KANNENBERG, 1987, p. 19).

Aquele pensionato feminino obteve significativo crescimento, exigindo um espaço maior:

Encontram no nº 17 da Av. Maurício Cardoso o local certo e com a ajuda de seu irmão, Friedrich Engel, adquiriram a casa em julho de 1886, que pertencia ao hoteleiro Jacob Kroeff, dono do Hotel Kroeff. Era uma residência de um piso só, mas com um vasto subsolo, onde se encontravam a cozinha, a despensa, o refeitório e o tanque para lavar roupa. No térreo estavam os dormitórios das alunas e das irmãs Engel e a grande sala de

aula, além de uma sala para visitas com um belo piano. Na época, a escola era conhecida como "Töchterpensionat". (BRAUN, 2016, p. 71).

O trabalho pedagógico das irmãs Engel obteve grande apreço da comunidade, especialmente por atender ao público feminino. Quando a comunidade percebeu que essa instituição de cunho privado corria o risco de encerrar suas atividades, por conta da aposentadoria das irmãs, iniciou-se um movimento para que a comunidade religiosa assumisse o funcionamento da escola. Desta forma, em 1895, o Sínodo da Igreja Luterana assumiu a administração da entidade chamada de "Evangelisches Stift" (Caneta Evangélica em tradução simples, ou Fundação Evangélica, como mais tarde foi chamada).

**Imagem 2: Alunas do pensionato da "Evangelisches Stift" em 1913**



**Fonte: Acervo Felipe Kuhn Braun**

Em 1876 havia chegado a linha do trem ao Segundo Distrito de São Leopoldo (atual Novo Hamburgo), que ligou a localidade à capital Porto Alegre. Os trilhos do trem trouxeram um novo tempo de desenvolvimento para essa região. E a primeira estação marcou o ponto que ficou conhecido como "New Hamburg", onde atualmente é a região central de Novo Hamburgo, havendo um rápido crescimento urbano e comunitário. Com isso, surgiu a "Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo", onde foi fundada, em 1896, uma escola que mais tarde foi chamada de Escola Evangélica Osvaldo Cruz.

**Imagem 3: Schulhaus (Casa da Escola) uma Escola Evangélica em 1910 no prédio onde hoje fica a Biblioteca Pública Municipal**



**Fonte: Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo**

#### **4 A REPÚBLICA VELHA E A DIFUSÃO DAS “AULAS MISTAS” COMUNITÁRIAS.**

Com a proclamação da República no Brasil, os ventos do iluminismo e seus ideais de uma educação pública e universalista chegaram à região. Nos primeiros anos da República, porém, o processo de desenvolvimento da educação pública foi ainda lento. Mas a partir dos anos de 1920 e, em especial, a partir do governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930, tal processo ganhou força. O historiador Souza versa sobre isso:

No contexto educacional brasileiro, com o advento da República, abriu-se um processo de mudanças estruturais que se pautavam na consolidação do trabalho assalariado e melhoramentos urbanos aliados ao início da industrialização. Os novos olhares para a educação indicavam o caráter público, universal e laico. O paradigma republicano promoveu uma reestruturação do Estado que buscava na escolarização uma possibilidade alternativa para acompanhar as transformações que vivia o país nessa época. No intuito de contribuir para nacionalização do país, através da escola, surgiram iniciativas de diferentes setores da sociedade, principalmente, a partir do movimento do “otimismo pedagógico” e do “entusiasmo pela educação” que contribuíram para arquitetar a escola do século XX, como a grande instituição da construção de uma identidade nacional. (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2012, p. 7).



Nesse sentido, apesar de haver um sentimento nacional com ideais escolarizantes, o Estado Brasileiro pouco contribuiu efetivamente para o desenvolvimento da educação durante o período da chamada “República Velha”, na qual algumas oligarquias revezavam-se no poder. Assim, permanecia nas mãos da comunidade e de líderes locais o trabalho árduo de estabelecer e sustentar escolas.

A ação comunitária motivou o surgimento de escolas e pensionatos onde jovens professores assumiram, em muitos momentos dessa história, um lugar de protagonismo. Esse é o caso dos jovens Samuel Dietschi e Frida Hoffmann que, em 1889, fundaram um pensionato, como descreve Braun:

Aos 23 anos e recém-casado, Samuel Dietschi fundou, em companhia da esposa, um pensionato para jovens estudantes de música. O pensionato servia também para abrigar muitos alunos que estudavam na Fundação Evangélica ou na Escola da Comunidade Evangélica, onde Dietschi também era professor. (BRAUN, 2016, p. 44).

Educação e arte andavam juntas na Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho, entre o final do século XIX e início do século XX, com aulas de música e corais. O próprio Samuel Dietschi fundou alguns daqueles grupos, como o Coral Júlio Kunz, do qual foi regente, maestro e organista.

A foto abaixo mostra Samuel Dietschi no centro, à esquerda, em 1895, com uma turma de alunos.

**Imagem 4: Turma com seus professores em 1895 em Hamburgo Velho.**



**Fonte: Acervo Felipe Kuhn Braun**

Já no final do século XIX, havia várias “aulas mistas” na cidade, mantidas de forma comunitária e sem separação das crianças pela confissão religiosa. Foi numa dessas aulas que Leopoldo Petry estudou, a partir de 1889, quando tinha sete anos de idade, como relata Braun:

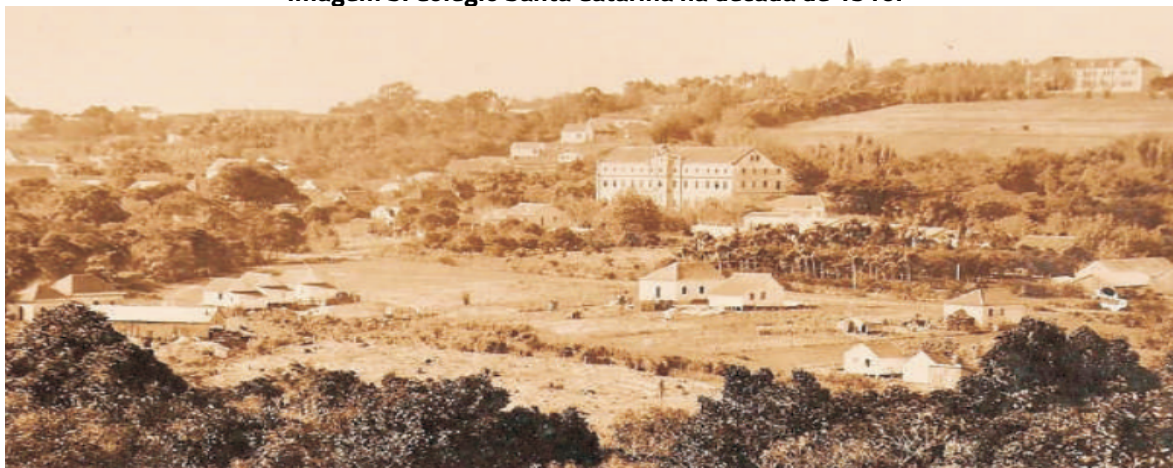
Com sete anos de idade começou a estudar, indo, todos os dias, com seu irmão José a Hamburgo Velho, cerca de seis quilômetros distante de casa, à aula pública do professor Mathias Flach. Segundo palavras do próprio Petry, ele pouco aproveitou aquele período, pois, tendo que percorrer a pé o longo caminho, chegava sempre bastante cansado à escola. (BRAUN, 2016, p. 100).

Devido à distância, o pai de Leopoldo Petry buscou o apoio de Jacob Kroeff Filho, dono do matadouro Kroeff, para estabelecer uma aula no bairro Santo Afonso, à qual os filhos de ambos poderiam frequentar. Assim iniciou-se a primeira aula dessa região, na casa dos Kroeff, com um professor contratado, que atendia apenas 3 meninos: Leopoldo Petry, Jacob Kroeff Neto e o filho de um tropeiro. Interessante ressaltar que os dois primeiros alunos mencionados foram os dois primeiros Prefeitos de Novo Hamburgo após a emancipação. Tal empreendimento escolar não vigorou muito, mas fruto dele, em 1890, foi criada naquela região uma aula pública, sob os cuidados da professora Josefina Stoll.

Em 1890, o “presidente da Província” do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, designou vários professores públicos para lecionarem Português nas aulas e grupos escolares de Novo Hamburgo. Um deles foi João Batista Jaeger, que foi enviado às escolas de Lomba Grande, território que posteriormente foi incorporado a Novo Hamburgo. Vale lembrar que o ensino da língua portuguesa era fator de integração nacional, uma vez que essa população falava e escrevia predominantemente em língua alemã até esse momento.

A comunidade católica de Novo Hamburgo reivindicava, há muito tempo, o estabelecimento de escolas. Como naquela época as grandes instituições escolares eram divididas entre escolas de meninos e escolas de meninas, buscava-se estabelecer ambas. No que tange à abertura de uma escola católica para moças, havia algumas dificuldades maiores, como a exigência de que as aulas fossem ministradas por religiosas que conseguissem se comunicar com uma população que falava mais o Alemão do que o Português. Porém, no final do século XIX, descobriu-se em Porto Alegre um grupo de freiras recém-chegadas da Alemanha, as quais receberam o convite de expandir seu trabalho educacional no distrito. Assim, em 1900, chegaram aqui as Irmãs Maria Julitta Schwark e Maria Valentina Thiel e iniciaram, naquele mesmo ano, as aulas da escola que é conhecida desde 1909 como “Colégio Santa Catarina”.

**Imagem 5: Colégio Santa Catarina na década de 1910.**



**Fonte: Acervo Museu Visconde de São Leopoldo – Max Milan**

O primeiro colégio católico para meninos foi o São Jacó, que era localizado no prédio onde hoje é o Campus I da Universidade Feevale. O grande idealizador dessa escola foi o padre Benedito Meienhofer, que, em 1914, começou uma campanha para sua construção. Com a ajuda de grandes personalidades da cidade, em 1915 o Colégio já estava em funcionamento, sendo mais tarde entregue à ordem dos Irmãos Maristas, que assumiram o trabalho pedagógico e administrativo. Essa escola funcionou até 1969, com a transferência das atividades para o Colégio Pio XII.

**Imagem 6: Colégio São Jacó e seus alunos, em 1949.**



**Fonte: [memoriadrops.blogspot.com](http://memoriadrops.blogspot.com)**



Ao mesmo tempo em que se estabeleciam as primeiras escolas católicas do território de Novo Hamburgo, ocorreu a multiplicação das "aulas mistas". Até aquele momento, a escolarização estava dividida em 4 tipos de instituições, que surgiram nesta ordem: 1) escola evangélica para meninos; 2) escola evangélica para meninas; 3) escola católica para meninas; 4) escola católica para meninos. Ou seja, a confissão religiosa e o gênero eram determinantes, na maior parte dos casos, para que uma criança ingressasse em uma determinada instituição de ensino, até o início do século XX, em Novo Hamburgo. Essa divisão seguia duas lógicas, que eram muito aceitas e pareciam óbvias na época:

a) a lógica de que, como as escolas eram mantidas por comunidades religiosas, poderiam desfrutar de seu ensino (por isso confessional) somente aqueles que pertenciam ao grupo que a financiava, ou seja, pessoas daquela confessionalidade;

b) todas as escolas eram, inicialmente, em regime de internato, o que dificultava a divisão do mesmo espaço por rapazes e moças, pelos riscos que isso parecia oportunizar, principalmente no período da adolescência.

As aulas mistas vieram a romper essa lógica, por misturar no mesmo educandário alunos católicos e evangélicos, de ambos os gêneros. Tratava-se de estabelecimentos comunitários cujos professores eram mantidos pela comunidade e o regime era de externato, ou seja, os alunos não residiam na escola.

**Imagem 7: alunos da Aula Mista Diefenthäler em 1922**



**Fonte: Acervo Felipe Kuhn Braun**

## 5 A ERA VARGAS E A FUNDAÇÃO DE ESCOLAS ESTATAIS

Segundo os registros de Braun (2016), o período da Era Vargas foi bastante conturbado para os moradores de todas as cidades da região que tinham suas raízes na colonização germânica. A Segunda Guerra Mundial, com a ameaça nazista, e os ideais de nacionalização do presidente Getúlio Vargas forneceram elementos capazes de gerar muitos conflitos e discriminações para com as comunidades teuto-brasileiras, além de muitas políticas públicas que visavam às escolas como espaço para difusão dos ideais nacionalistas. Por outro lado, essa foi uma época de vigoroso fortalecimento da escolarização, com o estabelecimento de inúmeras instituições e normas que foram significativas.

Em 1938, o Prefeito Municipal de Novo Hamburgo, no Ato N° 5, nomeou "alunas-mestras" para várias aulas públicas da cidade. Deu-se início, a partir de então, o desenvolvimento da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo. Assim, as professoras Eny Moog, Olga Valeria Kroeff e Maria Giuseppa Iris Ingletto foram as três primeiras professoras municipais de Novo Hamburgo.

### Imagem 8: Ato N° 5 de 1938 – nomeia professores municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO - RS

A T O N° 5 , de 30 de junho de 1938

Nomeia professoras municipais.

ODON CAVALCANTI CARNEIRO MONTEIRO, Prefeito Municipal de Novo Hamburgo, no uso das atribuições que lhe são atribuídas em Lei, resolve nomear as seguintes professoras municipais:

A Aluna-mestra Eny Moog, para a aula "Inácio Montanha" , localizada no lugar denominado Boa Saúde;

A Aluna-mestra Olga Valeria Kroeff, para a aula São João, - localizada no lugar denominado "Africa"; e

A Aluna-mestra Maria Giuseppa Iris Ingletto, para a aula localizada no lugar denominado Rincão.

Os vencimentos de cada uma delas deverão ser de duzentos e vinte e cinco mil reis ( 225\$000) mensais.

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, 30 de junho de 1938.

Odon Cavalcanti  
Prefeito Municipal

Fonte: Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo

Na tabela abaixo, é possível ver com mais clareza as aulas que foram criadas com a nomeação das professoras que, naquela época, eram indicadas pelo prefeito, sem prestarem concurso público:

**Tabela 1: Primeiras professoras municipais nomeadas**

<b>Professora</b>	<b>Nome da aula</b>	<b>Localidade (Bairro)</b>
Eny Moog	Ignácio Montanha	Boa Saúde
Olga Valeria Kroeff	São João	África (atual Guarani)
Maria Giuseppa Iris Ingletto	Sem nome	Rincão

**Fonte: Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo**

O Decreto Municipal N° 6, de 01 de Junho de 1939, assinado pelo Prefeito Odom Cavalcanti, que renomeou a escola domiciliar N° 1, apresenta um texto introdutório que pode ilustrar o momento educacional vivido durante a Era Vargas e do discurso praticado. Segue abaixo parte do texto do Decreto:

Considerando que a “Cruzada Nacional da Educação” tem promovido tenaz campanha em todo território brasileiro contra o analfabetismo, despertando interesse generalizado e obtendo apoio moral e material da população e dos poderes públicos; Considerando que em dois anos apenas fôram abertas, com essa iniciativas da C.N.E. 2.668 escolas com a matrícula de 72.424 alunos; Considerando que em tempo notadamente curto, distribuiu a C.N.E. mais de 100.000 unidades de material escolar a alunos necessitados; Considerando que essa obra notavel de civismo se desenvolve no territorio patrio, onde, de 7.500.000 crianças de idade escolar, estão matriculadas nas escolas publicas [sic] e particulares apenas 2.500.00; Considerando ainda de a C.N.E. está despertando nas classes populares, por meio de propaganda hábil, uma mentalidade patriotica de compreensão da necessidade vital de se aparelharem materialmente as forças armadas, condição fundamental de soberania nacional [...].[sic] (NOVO HAMBURGO, Decreto N° 6, 1939, p. 1).

No trecho supracitado, é possível verificar vários elementos que permitem perceber o quanto o processo de desenvolvimento da educação na cidade de Novo Hamburgo não estava dissociado dos movimentos políticos e sociais que influenciavam o país como um todo. A citada Cruzada Nacional da Educação foi um movimento que ganhou vulto durante a Era Vargas, junto a outros que carregavam uma forte intenção patriótica e um compromisso com as “forças armadas”, como citado no próprio texto.

Na interpretação do referido Decreto Municipal, pode-se perceber o quanto a educação era vista como salvadora da pátria ou talvez até fundadora do sentimento do patriotismo no coração das “classes populares”. Além disso, os dados ali descritos mostram os preocupantes 2/3 das crianças que ainda estavam fora dos espaços escolares, considerando que, na época do Decreto, “crianças em idade escolar”

tinham de 7 a 12 anos, aproximadamente, pois a escolarização era até a então quarta série. Assim, de forma geral, os adolescentes voltavam-se ao trabalho, exceto aqueles mais privilegiados que poderiam concorrer a uma vaga na seleção dos “ginásios”.

Em 1941, foram criadas aulas de alfabetização em Lomba Grande. O Decreto N° 8 registra a criação de um educandário na Barrinha e outro no Quilombo do Sul. Até 1939, o “Distrito de Lomba Grande” pertencia a São Leopoldo, sendo naquele ano anexado a Novo Hamburgo pelo Decreto Estadual N° 7.842, assinado pelo interventor federal Osvaldo Cordeiro de Farias. Pode-se supor que a criação de aulas naquele território tenha sido uma medida para valorizar os mais novos 3500 moradores de Novo Hamburgo.

Outro valioso documento histórico é o Decreto Municipal N° 9, de 19 de abril de 1941, que “Crêa [sic] aulas e dá outras providências relativas à instrução primária municipal, em complemento a atos anteriores”. Esse documento, em sua introdução, expressa quais eram os objetivos das aulas (escolas) criadas em Novo Hamburgo:

Considerando que é necessário dignificar o trabalho manual e levar às [sic] consciências juvenis o amor à terra, despertando nelas inclinações pelas atividades agrícolas e o espírito de economia. Considerando que o Govêrno [sic] Municipal deve cooperar com as bôas [sic] disposições de iniciativa particular no sentido de intensificar o espírito nacionalizador entre as novas gerações escolares (NOVO HAMBURGO, Decreto N° 9, 1941, p. 1).

Percebe-se, portanto, como a intenção de desenvolver um “espírito nacionalizador” era recorrente no discurso político e educacional das lideranças locais da época. Também é possível notar o entendimento de que a educação se prestava a “dignificar o trabalho manual” e levar aos jovens o “amor à terra” e às “atividades agrícolas”. Ou seja, havia, no início dos anos de 1940, por parte do poder público, um entendimento de que a educação fortaleceria o interesse da juventude pelo trabalho e pelas forças armadas.

Ao falar de nacionalização nos documentos municipais, os dirigentes apenas estavam reforçando sua adesão aos ideais da “campanha de nacionalização”, promovida pelo presidente Getúlio Vargas, durante o “Estado Novo”. Essa campanha visava à diminuição da influência das comunidades de imigrantes no Brasil, forçando sua integração à população brasileira. Novo Hamburgo, por ter sua origem na imigração germânica, era foco de tais ações de nacionalização. A pesquisadora Ribeiro descreve o período desta forma:

A característica mais marcante foi a campanha de nacionalização do ensino, muito presente no Rio Grande do Sul nas regiões coloniais italiana e alemã. A ênfase era nos conteúdos nacionais, em especial nas disciplinas de história e geografia do Brasil e no combate às ideias divergentes do ideal nacional. Também o ensino em português era obrigatório, sendo combatido o ensino em alemão, haja vista que o idioma também constitui a identidade de um povo. Assim combater o ensino em língua diferente do português era afirmar a soberania e a identidade brasileira. (RIBEIRO, 2014, p. 7).

Foi naquele período, no contexto da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em 1939, que o governo brasileiro proibiu o uso da Língua Alemã (e de outras línguas estrangeiras) em público, inclusive durante cerimônias religiosas. O Exército deveria fiscalizar as “zonas de colonização estrangeira”. Além disso, as associações culturais e recreativas tiveram de rever sua programação, encerrando todas as atividades que pudessem estar associadas a outras estrangeiras (SEYFERTH, 1999). Essa lei trouxe muitas implicações na educação, pois em muitas escolas do município as aulas ainda eram ministradas em Alemão. Nas escolas em que os professores não ministravam as aulas naquele idioma, muitos alunos o falavam entre si.

A pesquisadora Clarissa Mombach relata com mais detalhes o ambiente constrangedor a que os descendentes de imigrantes foram submetidos durante o período da Segunda Guerra pelas ações nacionalizadoras do governo Vargas:

Nas escolas, os professores deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados, as aulas deveriam ser ministradas em português e era proibido o ensino de outras línguas estrangeiras. [...] Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as repressões ficaram ainda mais violentas, pessoas que não falassem português eram presas e parte da memória dos imigrantes foi destruída (jornais, revistas, livros, documentos, etc). O isolamento relegado aos descendentes alemães em suas colônias passou a ser visto como um problema a ser amplamente discutido. Por não dominarem o português, por manterem escolas, cultos e missas em língua alemã e por normalmente casarem-se entre si, os descendentes alemães eram acusados de serem resistentes à integração nacional. Nesta época, intensificaram-se pelo país notícias de que o “perigo alemão” ameaçava o domínio brasileiro nas terras do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). (MOMBACH, 2012, p. 32).

Em Novo Hamburgo, houve uma grande tensão no período. O famoso Pastor Pommer foi preso por realizar um culto em Alemão, assim como o médico Dr. Wolfran Metzler, por ter seu passaporte com inscrições na língua estrangeira. Escolas, Igrejas e clubes eram fiscalizados por agentes de segurança para garantir que somente a Língua Portuguesa fosse falada. Todo tipo de festas típicas alemãs foram silenciadas (BRAUN, 2010).



Em Novo Hamburgo os festejos pátrios eram realizados nas escolas e sociedades, onde era enaltecida a brasilidade. Tanto as escolas públicas como as privadas, católicas e evangélicas foram inseridas nessas atividades. [...] Como ações nacionalizadoras as escolas de Novo Hamburgo recebiam visitas de inspetores de ensino, bandeira nacional em sala de aula, culto cívico, clubes de civismo e lições de moral. (RIBEIRO, 2014, p. 9).

Dessa forma, observar o discurso dos agentes públicos municipais, ligado ao contexto de nacionalização enquanto negação das culturas dos imigrantes permite perceber que o desenvolvimento da educação pública estatal na região também esteve a serviço de marcos ideológicos, na pretensão de usar-se a escola como instrumento estatal para incutir os interesses do grupo que estava no poder.

Em 1930, Novo Hamburgo tinha oito escolas, sendo todas elas comunitárias. Passados treze anos e o processo de pressão pela nacionalização da educação, muitas dessas escolas vieram a fechar e outras tantas escolas públicas foram criadas. Assim, em 1943, a cidade já contava com 23 (vinte três) instituições de ensino (RIBEIRO, 2014).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A “aula” chegou ao município de Novo Hamburgo em 1832, 90 anos antes de sua emancipação e 107 anos antes do Poder Público contratar seu primeiro professor nesse território. A comunidade de imigrantes contribuiu para a implantação de um contexto educacional. Oriundos de um contexto escolarizado e pertencentes a uma religião que enaltecia a cultura letrada, estes indivíduos empreenderam a edificação de classes escolares, constituindo suas comunidades, com seus próprios recursos. Assim surgiram as escolas das comunidades religiosas de Hamburg Berg, inicialmente escolas evangélicas e depois escolas católicas. Posteriormente vieram as “aulas mistas”, de caráter comunitário mais amplo, que eram administradas pelos próprios professores.

Portanto, foi através da ação comunitária que a população de Novo Hamburgo acessou o letramento com quase um século de antecedência, se comparado a locais que dependeram da ação dos governos para estabelecer escolas. A pesquisa também demonstrou que as escolas comunitárias, além de cumprirem importante papel social por propagarem o saber, ainda eram centros de conservação da cultura da comunidade, mantendo vivas as tradições dos imigrantes, por meio de um currículo independente. Exatamente por esse motivo, tais instituições foram mal vistas pelos agentes políticos da Era Vargas, que enxergavam nelas um entrave à “nacionalização”, palavra de ordem naquele tempo. Por conseguinte,



as escolas comunitárias passaram por forte repressão e fiscalização, para que a língua alemã fosse de fato aniquilada do seio social e para que o novo currículo patriota fosse cumprido.

Foi a ação estatal, durante a Era Vargas que fez a educação comunitária retroceder e a as escolas públicas, recém-fundadas, foram pouco a pouco ocupando esse espaço. Para fins de controle social e reprodução das “verdades” de cada governo, ao que tudo indica, as escolas públicas seriam mais eficientes.

## REFERÊNCIAS

BASBAUM, L. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa Ômega, 1997. 252 p.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 24 p.

BRAUN, F. K. **História de Novo Hamburgo: 1824-1945**. Novo Hamburgo: Oikos, 2016. 176 p.

BRAUN, F. K. **Memórias do povo alemão no Rio Grande do Sul**. Nova Petrópolis: Amstad, 2010. 133 p.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012. p. 1-36. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

GRÜN, G. C. **Resenha Histórica da Comunidade Evangélica de Hamburgo Velho: 1832-1982**. Otomit S/A: Novo Hamburgo, 1982. 33 p.

KANNENBERG, H. **Fundação Evangélica, um século a serviço da educação, 1886-1986**. São Leopoldo: Rotermund, 1987. 408 p.

LEITE, S. S. J. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil – 1538-1553**. v. 1. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. 579 p.

MOMBACH, C. O Governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, v.1, n. 10, p. 31-44 set. 2012.

NOVO HAMBURGO. DECRETO Nº 6, DE 01 DE JUNHO DE 1939. **Dá denominação à escola domiciliar nº 1**, Novo Hamburgo, RS, abr 2014. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/n/novo-hamburgo/decreto/1939/1/6/decreto-n-6-1939-da-denominacao-a-escola-domiciliar-n-1>>. Acesso em: 20 maio. 2020.

NOVO HAMBURGO. DECRETO Nº 8, DE 03 DE MARÇO DE 1941. **Cria duas aulas de alfabetização no distrito de Lomba Grande**, Novo Hamburgo, RS, maio 2014. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/n/novo-hamburgo/decreto/1941/1/8/decreto-n-8-1941-cria-duas-aulas-de-alfabetizacao-no-distrito-de-lomba-grande>>. Acesso em: 20 maio 2020.

NOVO HAMBURGO. DECRETO NÚMERO 9, DE 19 DE ABRIL DE 1941. **Cria aulas e dá outras providências relativas a instrução primária municipal, em complemento a atos anteriores**, Novo Hamburgo, RS, abri 2014. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/decreto/1941/0/9/decreto-n-9-1941-cria-aulas-e-da-outras-providencias-relativas-a-instrucao-primaria-municipal-em-complemento-a-atos-anteriores>>. Acesso em: 20 maio de 2020.

RIBEIRO, E. R. A Trajetória Educacional de Novo Hamburgo/RS como hipótese e o sucesso atribuído pelo Banco Mundial. *In*: XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, 12, 2014, São Leopoldo. **Anais...** Cidade: Anpuh-Unisinos, 2014. p. 01-12. Disponível em: <[http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405474430\\_ARQUIVO\\_esterrosaribeiro.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405474430_ARQUIVO_esterrosaribeiro.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2020.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

SILVA, R. P. A instrução no Império e no Rio Grande do Sul. **Biblos**, Rio Grande, v. 19, nº 1, p. 83-94, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/256/0>>. Acesso em: 20 maio 2020.

SOUZA, J. E. Um personagem da memória campo-bonense? O emblemático Pastor Klingelhoefter, soldado farroupilha. *In*: **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.3, n.2, p. 31-44, ago. 2011.

SOUZA, J. E.; GRAZZIOTIN, L. S. S. A professora e a educação rural em Novo Hamburgo/RS: Memórias de vida e docência (1940-1970). *In*: IX ANPED SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9, 2012. p. 1-16. Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd-Sul), 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/765/5>>. Acesso em: 20 maio 2020.